



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

MARIA ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA

**O TRABALHO DOCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NA ECIT MAJOR ANTÔNIO
DE AQUINO, MULUNGU/PB**

**GUARABIRA
2024**

MARIA ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA

**O TRABALHO DOCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NA ECIT MAJOR ANTÔNIO
DE AQUINO, MULUNGU/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

Área de concentração: Geografia, Educação e Cidadania.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Angélica Mara de Lima Dias

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48t Oliveira, Maria Rosangela dos Santos.

O trabalho docente e o novo ensino médio [manuscrito] : reflexões a partir do estágio supervisionado em geografia na ECIT Major Antônio de Aquino, Mulungu/PB / Maria Rosangela dos Santos Oliveira. - 2024.

36 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias, Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Geografia escolar. 2. Trabalho docente. 3. Mulungu/PB.
4. Ensino médio. I. Título

21. ed. CDD 372.891

MARIA ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA

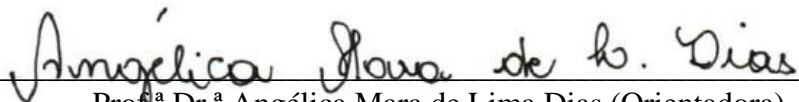
O TRABALHO DOCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NA ECIT MAJOR ANTÔNIO DE
AQUINO, MULUNGU/PB

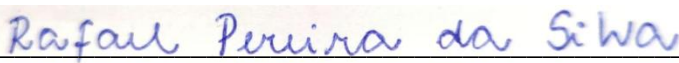
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

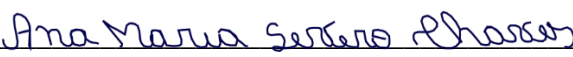
Área de concentração: Geografia, Educação e Cidadania.

Aprovada em: 18/06/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Angélica Mara de Lima Dias (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra. Ana Maria Severo Chaves (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em toda a minha trajetória, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda sua perfeição e minha eterna fonte de força, sabedoria e amor, e por ter me dado a honra de realizar esse sonho.

A minha Mãe do Céu, Nossa Senhora de Fátima, por interceder sempre por mim, junto a Seu filho, Jesus. Ela como Mãe zelosa preparou todos os caminhos para mim.

Aos meus pais José e Sandra que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto me dedicava ao curso e a pesquisa. Em especial a minha mãe que passou noites em claro enquanto eu estudava, era isso que me dava forças para continuar.

A meus avós que me ajudaram com sua sabedoria e amor.

Aos professores que durante a graduação se tornaram verdadeiros amigos e estiveram sempre a disposição para me auxiliar.

As pessoas especiais e importantes que não precisam ser lembradas pelo nome, mas na memória por terem sido maravilhosas.

A minha querida orientadora, professora Dr.^a Angélica Mara de Lima Dias, por suas valiosas orientações, imprescindíveis para a construção dessa pesquisa. Me sinto profundamente grata por tudo.

A UEPB, universidade pública e de qualidade, a qual levo comigo e com muito orgulho.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente construíram essa etapa da minha formação acadêmica.

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento” (Platão).

RESUMO

A partir da institucionalização do Novo Ensino Médio (NEM) sob a Lei número 13.415/2017, notou-se um desconforto por parte das escolas, principalmente pelos professores. No caso específico da Geografia escolar, este desconforto se soma à redução da carga-horária desta disciplina e o fato de ser uma das que deixam de ser obrigatórias no currículo do NEM. Esta realidade chamou atenção durante a realização do Estágio Supervisionado em Geografia no ensino médio, principalmente, no que se referente ao trabalho docente. A partir desta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo discutir o papel do/a professor/a de Geografia no NEM, tendo como base o Estágio Supervisionado em Geografia III e IV, realizados na Escola Cidadã Integral e Técnica Major Antônio de Aquino, no município de Mulungu - PB. Como aporte metodológico, utilizamos entrevistas a partir de questionários semiestruturados com os 2 (dois) professores de Geografia da referida escola. Através da análise dos dados coletados, compreendemos que a estrutura implementada para o NEM é complexa, se tornando um desafio para a realização da profissão docente.

Palavras-Chave: Geografia escolar; Trabalho docente; Mulungu-PB; Ensino Médio.

ABSTRACT

After the institutionalization of the New Secondary Education (NSE) under Law number 13,415/2017, discomfort was noted on the part of schools, especially teachers. In the specific case of school Geography, this discomfort is added to the reduction in the workload of this subject and the fact that it is one of those that is no longer mandatory in the NEM curriculum. This reality drew attention during the Supervised Internship in Geography at the high school level, mainly with regard to teaching work. From this perspective, this research aims to discuss the role of the Geography teacher at NSE, based on the Supervised Internship in Geography III and IV, carried out at the Escola Cidadã Integral e Técnica Major Antônio de Aquino, in the municipality from Mulungu - PB. As a methodological contribution, we used interviews based on semi-structured questionnaires with 2 (two) Geography teachers from that school. Through the analysis of the data collected, we understand that the structure implemented for the NSE is complex, becoming a challenge for the teaching profession.

Keywords: School Geography; Teaching work; Mulungu-PB; High school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Organização curricular do NEM na BNCC.....	18
Figura 2 –	Localização do Município.....	24
Figura 3 –	Vista frontal da escola.....	25
Figura 4 –	Fachada do prédio principal da escola.....	25
Figura 5 –	Localização da Escola.....	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos participantes.....	27
Quadro 2 – Atuação dos docentes em relação ao NEM.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica
EM	Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
PNE	Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	O Neoliberalismo e a Reforma do Ensino Médio.....	15
2.2	A Geografia escolar e o Novo Ensino Médio	17
2.3	O Professor e a Precarização do Trabalho Docente	20
3	METODOLOGIA	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
4.1	Escola Campo de Estágio	23
4.1.1	<i>Etapas de Observação e Regência de estágio.....</i>	24
4.2	Entrevistas com os Professores de Geografia.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS	
	PROFESSORES DA ECIT	34

1 INTRODUÇÃO

O novo modelo educacional brasileiro tem sido um exercício árduo para o docente, visto que o Novo Ensino Médio (NEM) foi implantado por meio de uma Medida Provisória (MP) em caráter de urgência ocasionando profundas mudanças na organização do currículo do NEM. A Reforma foi instituída por meio do número 13.417/2017, que visa reestruturar a agenda da educação integral no Brasil, sobretudo, a necessidade de saber lidar com as contradições e desigualdades no abismo que separa os diferentes segmentos da sociedade.

Essa nova proposta se deu a partir das discussões das diversas Leis, como a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (2017), Plano Nacional da Educação (PNE) (2014), entre outros, buscando uma forma de discutir os aspectos propostos, desde a flexibilização curricular até o papel docente nesse meio, visto que este é diretamente afetado. Dessa forma concordamos com Beltrán e Leite (2002) quando afirmam que as novas competências profissionais dos professores que emergem das reformulações curriculares exigem a busca de referências que possam nortear os processos formativos docentes. Por isso, a relevância de se diagnosticar e trabalhar as necessidades desses profissionais.

A partir dessa perspectiva surge alguns questionamentos que necessitam ser debatidos. Na maioria dos casos, as pesquisas desenvolvidas são voltadas para as necessidades dos alunos e a importância de compreendê-los, no entanto pouco se pensa em como aconteceu esse processo para o/a professor/a. É necessário refletir sobre quais foram as dificuldades encontradas? Estes profissionais receberam apoio ao serem inseridos nesta nova estrutura? Entre outros questionamentos, é nessa perspectiva que se norteou essa investigação.

A pesquisa aqui proposta objetivou discutir qual o papel do/a professor/a de Geografia no NEM tendo como base o Estágio Supervisionado em Geografia III e IV, realizados na Escola Cidadã Integral e Técnica Major Antônio de Aquino no município de Mulungu/PB. E aborda como objetivos específicos, conhecer os principais elementos dessa reestruturação e identificar as problemáticas presentes, bem como, analisar as necessidades dos professores que atuam nessa área de ensino.

A importância dessa pesquisa se justifica pela sua relevância na atualidade, bem como a necessidade de se compreender sua historicidade. Nesse contexto faz-se necessário ir além para apresentar as mudanças ocorridas. Por isso abranger a necessidade docente se torna algo a se considerar na análise do NEM, a organização do tempo de trabalho e a dedicação exclusiva são os pontos chave dessa investigação.

Para análise dos dados da pesquisa ancoramo-nos nas contribuições teóricas que se estende sobre conceitos como neoliberalismo, reformas educacionais e trabalho docente. Caracterizada como qualitativa, exploratória, de campo e bibliográfica, utilizando-se da escola para campo, na qual, por meio das observações durante o estágio supervisionado e entrevista foi possível obter os resultados almejados. A entrevista em evidência foi aplicada aos dois professores que atuam na instituição nas disciplinas de Geografia, a mesma contou com um questionário semiestruturado contendo o perfil dos participantes e perguntas discursivas sobre a temática.

A pesquisa em questão se estrutura com a revisão de literatura que versa sobre o neoliberalismo e as reformas educacionais como a Geografia se encontra no contexto do Novo Ensino Médio. Em seguida, o destaque para o trabalho realizado pelos professores em meio às mudanças ocorridas nos últimos anos e como a precarização é um fato que acarreta prejuízos. Posteriormente, abordamos a parte metodológica da pesquisa e, por último, apresentamos os resultados e discussões comprovados mediante os objetivos, culminando com as considerações finais.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo abordamos a discussão teórica pertinente ao tema de pesquisa, como a atuação do neoliberalismo nas reformas educacionais brasileiras e a relação destes com a Geografia ensinada no Ensino Médio, bem como o trabalho docente.

2.1 O NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O processo de produção da consciência pedagógica nacional e nele a constituição de uma ideologia educacional no país teve como matriz a ideologia liberal. Segundo Pizzato (2001, p. 98) “o liberalismo é um sistema de ideias construído a partir dos séculos XVII e XVIII, baseado em cinco princípios: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia”. Nesse contexto, Rodrigues (2021) reflete acerca da inserção da lógica neoliberal no Brasil a partir da década de 1990, segundo a autora, o paradigma neoliberal surge em todas as esferas da sociedade e se estende até o contexto educacional.

O Neoliberalismo é, em poucas palavras, um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Segundo Galvão (1997), o centro de toda política neoliberal é o mercado e, conseqüentemente, o consumo. A partir desse discurso, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado de trabalho e funcionar semelhantemente. Desse modo, é importante ressaltar três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel da educação:

1. Atrair a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (Marrach, 1996, p. 46-48).

Assim, o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado, o que culmina em um esvaziamento dos conteúdos que trabalham política e cidadania, conteúdos críticos e reflexivos. Neste contexto, para Lopes e Caprio (2008), os alunos e pais ou responsáveis de alunos se tornam meros consumidores nesta visão neoliberalista. Para as minorias que detém o poder, a educação é uma ameaça, com isso a conciliação é uma estratégia política, em que se dá o

máximo de liberdade econômica e o mínimo de direitos sociais. De acordo com Marrach (1996, p. 5-6):

É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos. A seguinte recomendação do Banco Mundial exprime esta visão: a redução da contribuição direta do Estado no financiamento da educação. Parte do que atualmente é gratuito deveria se tornar serviço pago pelos estudantes que, para tanto, receberiam empréstimos do Estado ou bolsas. A idéia de que o aluno é o consumidor da educação e de que as escolas devem competir no mercado está sendo posta em prática.

Em uma época em que a competição e as desigualdades sociais só crescem, o aluno se transforma em consumidor do ensino, e o professor um funcionário, cuja função é preparar seus alunos para o mercado de trabalho. É nesse contexto que começam de forma efetiva a serem definidas as reformas na educação brasileira na década de 1990, tendo continuidade nos primeiros anos do novo milênio. As características maiores dessas reformas são as de regulação e controle em função do caráter que o Estado assumiu, ou seja, de um Estado Avaliador (Santos, 2017). Para tanto, a natureza e as funções docentes sofrem mudanças para corresponderem à demanda.

As reformas educacionais que se implementaram no Brasil a partir da década de 1930 expressam o conflito de ideias que representavam uma definição de identidade que deveria orientar a educação nacional (Pizzato, 2001). Considerando que esse momento coincidia com o primeiro governo politicamente autoritário e economicamente progressista de Getúlio Vargas, acabaram se concretizando na Constituição de 1934 em pontos contraditórios do atendimento dessas correntes contrárias como as que fazem o Brasil ingressar numa política nacional e educação bem como lhes atribui a competência de traçar as diretrizes da educação nacional e de fixar o Plano Nacional da Educação (Ribeiro, 1984). É no período da década de 1930 que se dá a consolidação de uma orientação moderna para a disciplina escolar Geografia (Rocha, 1996).

Para Aglietta (1997 apud Maués, 2005, p. 6-7), as reformas no âmbito da educação pontuaram e pontuam o mundo civilizado, não podendo fugir da intencionalidade posta pelo novo padrão tecnológico e as implicações decorrentes. Ainda segundo o autor, as transformações que estão sendo colocadas podem ser analisadas como formas de arranjos que facilitem o reordenamento social e político a partir dos novos padrões de produção. Assim, as mesmas podem ser vistas como modos de regulação, compreendidas no espírito da Escola Francesa de Regulação, criada na década de 1970 pautada no estudo sobre a regularidade e acumulação em longos períodos relativamente estáveis.

Se entendermos a Reforma do Ensino Médio a partir dessa ótica, as questões de fundo da educação passarão a ser analisadas como relações de poder, favorecendo o capitalismo e maximizando os lucros (Carvalho e Rodrigues, 2019). Para os autores, se trata de um conjunto de redes que funciona à base trocas, basicamente a troca de qualificação pela mão-de-obra, não à toa, encontramos como parceiros instituições como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros parceiros com interesses em comum, para assim assumir o modelo da escola integral como sendo referência para educação no país. Porém, o que se precisa refletir de fato, é se toda essa reformulação reflete positivamente na qualidade de ensino. Sobre isto, Girotto (2017, p. 432) afirma que:

A redução do debate sobre qualidade de educação aos resultados em avaliações nacionais e internacionais, aos elementos apenas quantitativos, reforça uma lógica de compreensão da educação que não leva em consideração a diversidade de práticas, contextos e sujeitos imersos neste processo.

Após mais de 30 anos da aprovação da Constituição Federal de 1988, vale questionar se as reformas que incidiram sobre as escolas de educação básica no Brasil, os trabalhadores da educação e os estudantes resultaram em uma “escola pública de qualidade para todos os direitos sociais” (Dourado e Oliveira, 2008, p. 15). De acordo com os autores, a reforma educacional implantada no Brasil nas duas últimas décadas pode estar na contramão de uma educação de qualidade social, a partir da hipótese de que as novas regulações educativas atribuem mais responsabilidades aos docentes, que não dispõem nas escolas públicas de condições apropriadas para realizar o seu trabalho. Assim, a nova regulação da política educacional centrada na eficácia e na responsabilidade da escola, trouxe sérias consequências para os professores, provocando uma reestruturação do seu trabalho.

Considerando a expansão sofrida pelo Ensino Médio nas duas últimas décadas, na perspectiva de maior ampliação do ensino com a obrigatoriedade inscrita em lei, ganha relevância discussão sobre os trabalhadores docentes da última etapa da educação básica e as condições em que esses docentes realizam o seu trabalho, tema que iremos discutir mais adiante.

2.2 A GEOGRAFIA E O NOVO ENSINO MÉDIO

As transformações na última etapa da educação básica, o Ensino Médio, aconteceram com a Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCC – EM), homologada em

2018. Dentre elas, destacamos a não obrigatoriedade da Geografia enquanto disciplina curricular obrigatória. Segundo Albuquerque (2021), desde o aceleração das reformas educacionais neoliberais na década de 1990, a Geografia vem perdendo espaço como disciplina, em virtude da redução da carga horária (Albuquerque, 2021).

Para além, a BNCC (2018), se organiza a partir de competências e habilidades (Figura 1), como prevê “garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações presentes e futuras” (Brasil, 2017, p. 8).

Figura 1 – Organização curricular do NEM na BNCC



Fonte: SAE DIGITAL (2024).

Como é possível observar na figura, no NEM, a Geografia é uma das disciplinas que deixa de ser obrigatória no Ensino Médio, sendo o seu conteúdo integrado como temáticas na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esta nova estrutura impõe uma nova realidade quanto à aplicabilidade do conteúdo, pois são disciplinas que tratam de perspectivas opostas, o que gera uma certa dificuldade no ensino da Geografia. Isto gera desconforto e preocupação para os professores, pois a Geografia é uma ciência fundamental para compreensão de questões socioeconômicas e ambientais. Desse modo, com o objetivo de formar cidadãos produtivos entre os jovens filhos da classe trabalhadora, a retirada da Geografia (e demais disciplinas das humanidades) do rol das disciplinas curriculares obrigatórias, corre-se o perigo de fragilizar a formação humanista desses jovens.

O desenvolvimento integral envolve dimensões sociais, emocionais, cognitivas e

culturais dos estudantes, vinculado à socialização dos estudantes com os professores, cria pontes para a construção de saberes escolares e valorização dos saberes culturais, sendo um pilar da educação integral. Porém, na realidade, essas concepções foram constatadas em pesquisas e vão na contramão do pensamento de uma educação humanista teoricamente estabelecida para essas instituições (Lima, Monteiro e Albuquerque, 2022, p. 285).

Nesse cenário, Ribeiro e Ribeiro (2020) sinalizam que o percurso da Geografia como disciplina escolar, se encaminha para seu desaparecimento, pois no início de seu percurso, ela possuía uma forte articulação e interesses estatais e elitistas, muito diferente do atual contexto que fragiliza cada vez mais a Geografia e as demais disciplinas das Ciências Humanas. Deste modo, a reforma carrega consigo a intenção de formar sujeitos obedientes, adaptados, despolitizados, individualistas, responsáveis pelo seu dever, incapazes de pensar em projetos sociais coletivos de mudança, verdadeiros “analfabetos sociais” (Frigotto, 2016). Assim, é possível formar uma sociedade alienada de seus direitos, mas, acima de tudo manifestar o interesse de se produzir mão de obra de baixo custo.

Frigotto (2016), ainda salienta a importância de se formar sujeitos sábios e críticos. Sobre o papel da educação na formação de sujeitos sábios, Perez (2001, p. 119) nos chama atenção para o seguinte fato:

[...] a nossa humanidade realiza-se não pelo conhecimento, mas pela sabedoria. Formar homens sábios (e não eruditos) deve ser o ideal da educação. A sabedoria constrói-se a partir da compreensão, e esta não se desenvolve somente a partir do ponto de vista intelectual-racional. Uma educação comprometida com o desenvolvimento da humanidade é uma educação para a sabedoria – uma educação e uma escola voltadas para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, portanto, inclusiva e compreensiva.

Na condição de agentes transformadores da educação, os professores “são orgânicos no sentido de que não são membros externos que trazem a teoria para as massas. Pelo contrário, eles são teóricos organicamente mesclados com a cultura e atividades práticas dos oprimidos” (Giroux, 1997, p. 154). Logo, as práticas pedagógicas devem estar atreladas aos fundamentos sociais, políticos, culturais, econômicos, entre outros. Dessa forma, Oliveira (2006, p. 14) nos orienta que:

A ação do professor deve se direcionar para além da seleção de metodologias que o orientem, de forma a tornar-se um gerenciador do conhecimento, autônomo, criativo, pluralista e propositivo na/da sua realidade, pois entendemos que educar é não se limitar a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele que o professor considera mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade.

Sendo o espaço geográfico produto, reflexo, meio e condição de reprodução social, é importante o professor estimular os alunos a uma formação crítica e atuante para o exercício da cidadania. Segundo Libâneo (1994, p. 88), “o trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo”.

O ensino de Geografia é fundamental para a formação cidadã integral, “[...] indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, em termos sociais, culturais, políticos e econômicos” (Guerra, 2020, p. 7). Estudar Geografia é observar através de várias perspectivas um mesmo objeto, seja ele social, natural, econômico. Ter um professor/mediador em sala capaz de compartilhar conhecimento é o ápice do processo de ensino. No entanto, se faz necessário a valorização do trabalho docente, como iremos discorrer a seguir.

2.3 O PROFESSOR E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

De acordo com Costa e Oliveira (2011), a organização e expansão da formação de professores foram exaustivamente debatidas nos meios acadêmicos e passaram por algumas mudanças, porém, o mesmo parece não se verificar com o trabalho docente nas escolas de ensino básico, de forma que se destaca apenas a centralidade atribuída pelas reformas educacionais através das estratégias de gestão e financiamento. As más condições de trabalho e remuneração oferecidas no Brasil contribuem para o adoecimento e alienação que essa classe trabalhadora enfrenta em relação ao seu ambiente de trabalho.

Concordamos com Antunes (2009) e entendemos que os professores são, antes de qualquer coisa, trabalhadores e fazem parte de uma classe de pessoas que vivem do seu trabalho. Sendo assim, os professores passam a ser passíveis de enfrentar todas as dificuldades que são geradas na relação capital e trabalho. Cabe ainda “destacar que o docente que concebemos é aquele que é sujeito ativo no processo de construção de sua posição do trabalho” (Rodrigues, 2021), evidenciando, assim, que apesar de não ser o principal responsável, o professor faz parte ativa do processo.

Tomando por base as reformas educacionais das últimas décadas, cabe salientar as medidas de incentivo à inovação e as tecnologias da informação, que contribuem para o encurtamento das distâncias geográficas pelo mundo, no entanto, as formas de exploração do trabalho também vêm sendo ampliadas em uma velocidade acelerada. Entendendo o trabalho como princípio que humaniza o homem, precisamos ressaltar que este é central para a reflexão

sobre o ser. A esse respeito, Antunes (2009, p. 48) destaca que “se a vida humana se resumisse ao *trabalho*, seria a efetivação de um esforço penoso aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões”. Assim, a docência pode ocupar esse espaço de acordo com o tempo que os professores passam na carreira.

A precarização do trabalho docente é um fato real e traz prejuízos não só para o trabalho em si, mas também para a vida social, afetiva e, conseqüentemente, para a saúde mental do profissional. Nesse sentido, fica evidente que essa desvalorização faz parte de um projeto de sociedade que privilegia o desenvolvimento econômico, prejudicando o melhoramento das condições de vida e trabalho dos cidadãos, especialmente dos professores.

O trabalho, a partir do capitalismo, passou a ter a capacidade de isolar o homem daquilo que ele mesmo está gerando, produzindo ou executando. Se nos voltarmos para o trabalho docente, vemos professores sofrendo com mazelas históricas de desvalorização. Marx (2013, p. 80) explica que:

Com a valorização do mundo das coisas aumenta a proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...] o seu produto se lhe defronta como um ser estranho com um poder independente do produtor. O produto do trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e a servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação.

Portanto, o trabalho realizado pelos professores – especialmente da rede pública – vem se transformando em uma nova fonte de comercialização. Na visão do ser professor essa inquietação torna-se ainda mais abrangente, de modo que:

Por emancipação agregam-se todas as expectativas possíveis à humanidade, desde o livre acesso a todos os bens produzidos pela humanidade até uma relação subjetiva autônoma e consciente com o mundo. Assim, a emancipação humana, por ser total e radical, só pode efetivar-se, assim, quando para todos, sem exceção (Cordeiro, 2018, p. 332).

Emancipação essa, que é pautada através da base econômica capitalista, que visa cada dia mais uma mão-de obra barata e com baixos custos de formação. É notória a precariedade das condições de trabalho por parte do educador desde a falta de recursos e materiais didáticos para exercer seu trabalho até a problemática da precariedade salarial, além do fato de que muitos professores, para não terem que cumprir sua carga horária em outra escola, – vista a redução das disciplinas, especialmente das ciências humanas – passaram a assumir disciplinas da nova proposta, muitas vezes com pouco ou nenhum conhecimento na área em questão, o que

compromete o atendimento aos objetivos propostos, uma vez que na maioria das vezes não foram oferecidas capacitações específicas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa aqui proposta se caracteriza, segundo a natureza dos dados, como sendo de abordagem qualitativa em que “o pesquisador tenta estabelecer o significado de um fenômeno a partir do ponto de vista dos participantes” (Creswell, 2007, p. 37). E na etapa inicial do seu desenvolvimento foi realizada a pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico e compreensão do universo da pesquisa.

O aporte bibliográfico conta com diversas pesquisas, estudos e documentos, dentre eles a BNCC – EM (2018), e autores como Albuquerque (2021), Lopes (2008) e Carvalho (2019). Em relação aos procedimentos, se configura como uma pesquisa de campo através de sessões de observação participante – Estágios III (1º ano) e IV (3º ano) – através das etapas de observação e regência no ensino médio, na Escola Cidadã Integral Técnica Major Antônio de Aquino, localizada no município de Mulungu/PB.

Na observação participante o pesquisador deve se tornar parte do cotidiano de determinado grupo, comunidade ou instituição para compreender como os sujeitos agem e dão sentido ao seu cotidiano (Silva e Mendes, 2013). Nesse contexto, somando a pesquisa de campo se faz necessário a realização de entrevistas. De acordo com Silva e Mendes (2013, p. 209):

A entrevista é um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais e em outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia social, política, serviço social, jornalismo, relações públicas, pesquisa de mercado e geografia. Assim, faz-se uma análise sobre as características da entrevista e as vantagens e desvantagens desse procedimento.

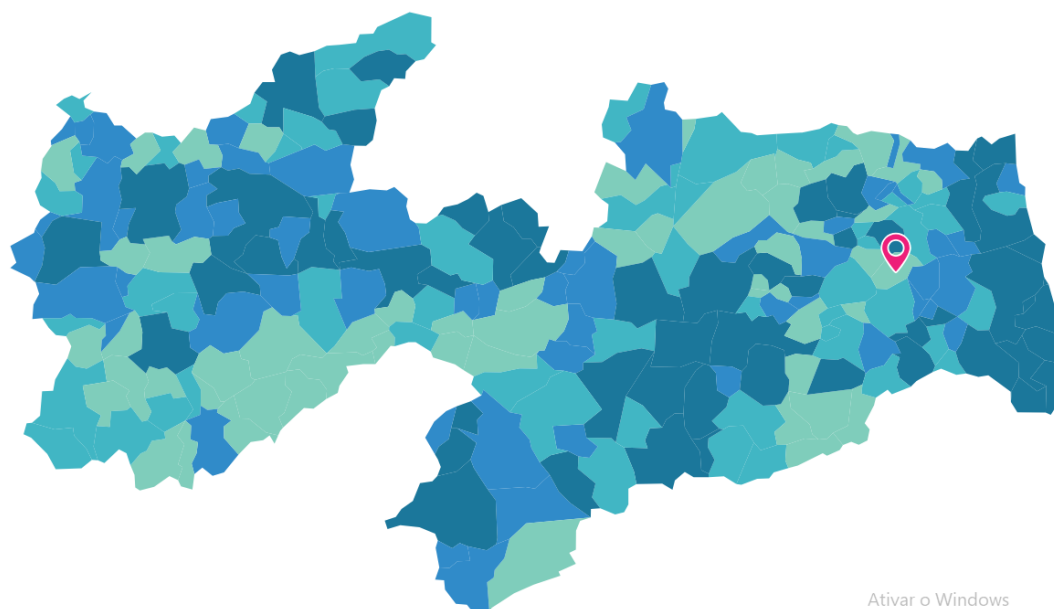
O alvo principal da entrevista, foram os professores de Geografia da referida instituição de ensino, intitulados GEO1 e GEO2. A aplicação de entrevista semiestruturada se deu por meio de um roteiro previamente semiestruturado, contendo 14 questões discursivas e de múltipla escolha, subdivididas entre levantamento do perfil dos participantes e sua atuação docente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESCOLA CAMPO DE ESTÁGIO

O município de Mulungu está localizado no estado da Paraíba na Região Imediata de Guarabira e Intermediária de João Pessoa, inserido na depressão sub-litorânea (Figura 2), e possui uma população estimada em 8.791 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 2 – Localização do município



Fonte: IBGE, 2022.

O município conta com uma única escola de nível médio, a ECIT Major Antônio de Aquino (Figuras 3 e 4), instituição campo da presente pesquisa durante o Estágio Supervisionado. Trata-se de uma escola pequena se comparada com as outras do estado, contando com 207 estudantes, todos do nível médio técnico e dois professores de Geografia. A Escola está inserida na área periférica da cidade e atualmente conta com 3 turmas de 1º ano, 3 turmas de 2º ano e 3 turmas de 3º ano.

Figura 3 – Vista frontal da escola**Figura 4** – Fachada do Prédio Principal da Escola

Fonte: Acervo de pesquisa, 2023.

Figura 5 – Localização da Escola

Fonte: Google Earth Website, 2024.

A ECIT Major Antônio de Aquino, representada nas imagens acima, foi fundada em 09 de março de 1981. Sua arquitetura não passou por mudanças, apenas algumas ampliações, no entanto, não houve reformas para atender ao modelo integral, apenas a pintura com as artes padrão.

4.1.1 ETAPAS DE OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA DE ESTÁGIO

O estágio é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão que será exercida no futuro e que relaciona conhecimentos práticos e teóricos aprendidos no curso, além de desenvolver habilidades, hábitos e atitudes relacionadas ao

exercício da docência, proporciona que o estagiário se encontre com a realidade social da educação.

A etapa de observação realizada no Estágio Supervisionado em Geografia III, aconteceu a partir do acompanhamento de uma turma de 1º ano do Ensino Médio com cerca de 30 alunos. O choque inicial foi a quantidade de aulas de Geografia para a série, resumida em uma aula semanal, que poderia acontecer ou não, uma vez o professor GEO2 estava à disposição dos eventos promovidos pela escola. Em determinados momentos o professor GEO2 demonstrava certo descontentamento com esse modelo de ensino, o que em dado momento foi confirmado.

Uma das dificuldades relatadas pelo professor GEO2 foi a de domínio de conteúdo da Geografia, uma vez que sua formação é em História, mas está ocupando a vaga por notório saber¹. Assim, o professor GEO2 se esforça a fim de alcançar seus objetivos com os estudantes, busca e se debruça no uso de recursos didáticos digitais em suas aulas, como forma e dinamizar o assunto trabalhado. No entanto, a exigência em colocar o aluno como o protagonista², muitas vezes deixava um pouco de lado a figura do professor(a).

No que se refere à área de Ciências Humanas, especificamente ao ensino de Geografia, os docentes talvez tenham sido os que mais sofreram o impacto da reformulação do ensino médio, uma vez que, devido à redução de carga horária e a não-obrigatoriedade das disciplinas da área, tiveram que se responsabilizar por disciplinas eletivas de itinerários formativos³ que segundo os relatos “só fazem atrapalhar as aulas que realmente importam”, uma vez que, de certa forma, acabam sufocando as disciplinas obrigatórias.

Partindo da premissa que a escola é uma teia de relações (Kimura, 2008), temos que buscar compreender o pensar-fazer como fonte do ensinar-aprender. O professor e o aluno são os protagonistas do ensinar-aprender, sem eles não existiria escola. Por esse motivo, o ambiente escolar deve ser uma oportunidade de troca de saberes, onde professor e alunos almejem estar juntos em uma relação de comprometimento. O respeito entre ambas às partes é fundamental para construção do conhecimento e do diálogo no cotidiano escolar.

Dentre todas as dificuldades que envolvem o processo de estágio, a disponibilidade de horário é uma das principais, visto que a escola conta com apenas uma aula semanal de

¹ O notório saber trata-se do discurso em que, profissionais com nível superior podem se tornar professores da educação básica se fizerem uma complementação pedagógica.

² Trata-se do discurso da participação ativa dos estudantes em sua aprendizagem, situando-os no centro do processo educativo.

³ São a parte flexível do currículo do Novo Ensino Médio, que os estudantes podem escolher conforme seus interesses, aptidões e objetivos.

Geografia torna-se inviável permanecer na mesma turma durante dois períodos inteiros, sendo assim, houve mudança de turma para realizar a regência.

A etapa de regência do Estágio Supervisionado em Geografia IV, foi realizada na turma do 3º ano do ensino médio com cerca de 45 alunos. Através desta, foi destaque as consequências da carga-horária de funcionamento do NEM, a partir do modelo de escola de tempo integral. Pudemos perceber a interação entre professores e alunos e o elo entre eles dentro e fora da escola, fruto de uma convivência diária, o que acaba forçando uma intimidade entre as partes. Ainda foi perceptível o desconforto do professor com a estrutura organizacional do NEM, apesar de ter tido a sensibilidade de mostrar como funciona, em momento algum se mostrou confortável. O professor frisou que “mora na escola e visita sua casa”, o que remete a uma jornada de trabalho exaustiva. Com a redução da carga horária da disciplina Geografia, os horários foram totalmente preenchidos pelos itinerários formativos, tutorias, eventos etc.

É preciso salientar que o NEM foi implementado de forma impositiva e hierárquica, e os professores não receberam capacitação alguma para atuar neste novo formato de ensino. Cabe a nós refletirmos que ser professor nos dias atuais é uma luta diária, uma tarefa que muitas vezes é árdua e sem valorização por parte da sociedade, governo, economia...

4.2 ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

No Quadro 1 abaixo, estão as questões e respostas coletadas a partir do roteiro de entrevista, a fim de entender o perfil dos participantes da pesquisa, aqui denominados de Professor GEO1 e professora GEO2.

Quadro 1. Perfil dos participantes

Questões	Respostas	
	GEO1	GEO2
Gênero	Masculino	Feminino
Idade	45 anos	29 anos
Maior formação	Graduação	Graduação
Graduação	Geografia	História
Tempo de docência	17 anos	4 anos
Nível de ensino	Ensino Médio Técnico	Ensino Médio Técnico
Vínculo	Temporário	Temporário
Âmbito de trabalho	Público	Público

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa (2024).

Observamos nas respostas acima que os participantes pertencem um ao sexo “*masculino*” e outro ao sexo “*feminino*”. A faixa etária para GEO1 corresponde a “45 anos” e para GEO2 “29 anos”. Ambos têm apenas o curso de “*graduação*” em cursos diferentes, mas atuam na mesma área e atendem o “*Ensino Médio Técnico*”, além da Geografia. Ainda de acordo com o perfil dos participantes observamos que ambos possuem “*vínculo temporário*” na instituição que trabalha, essa é mais uma das problemáticas da caminhada docente, a não efetivação do seu trabalho.

Muitas vezes, o ato de mesclar entre professores efetivos e alguns muitos contratos temporários é uma forma de burlar a lei de privar trabalhadores de seus direitos.

O Quadro 2 a seguir, apresenta as questões direcionadas aos participantes a fim de compreender o entendimento que ambos têm em relação ao NEM e sua atuação neste modelo de ensino.

Quadro 2. Atuação dos docentes em relação ao NEM

QUESTÃO	PERGUNTA
Questão - 9	Como você avalia o ensino de Geografia no contexto do novo ensino médio?
Questão - 10	Quais as maiores dificuldades para um professor de Geografia que leciona nesse novo modelo de ensino?
Questão - 11	Os professores dessa rede de ensino passaram por algum treinamento para lecionar frente às mudanças ocorridas?
Questão - 12	Como você avalia o processo de ensino e aprendizagem nas suas aulas no contexto das mudanças reformas educacionais sofridas nos últimos anos?
Questão 13.	Qual (is) metodologia (s) e ferramentas você utiliza no ensino da Geografia e torna-lo atrativo aos olhos dos estudantes?
Questão 14.	Você acha que a formação dos professores é fator primordial para suprir as necessidades do novo ensino médio? Comente.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa (2024).

A questão 9 indaga os entrevistados a respeito do ensino de Geografia no contexto de reforma e ambos os participantes destacam a diminuição de carga horária como impacto negativo. Em dado momento a participante GEO2 em sua fala destacou “*O desafio é conseguir ministrar os conteúdos propostos com o tempo que temos disponível*”. Como discutido anteriormente, a redução da carga horária foi um dos primeiros impactos sofridos pelo professor (a) de Geografia seguido por outras entraves. Nesse momento é importante frisar que a implementação não acompanhou as necessidades docentes e se analisarmos detalhadamente tão pouco atendeu aos alunos.

Avaliando a questão 10, podemos compreender o porquê a implementação do NEM não foi satisfatória para os alunos e professores. A pergunta em questão estava voltada para as dificuldades que o docente de Geografia encontra na caminhada e as respostas tanto para GEO1 quanto GEO2 foram similares, os dois destacaram a questão estrutural da escola e a dificuldade de se realizar aulas práticas: “*Sempre que tentamos algo diferente temos que repensar a estratégia, acaba se tornando inviável trabalhar em laboratório, é difícil agregar o assunto a prática geográfica*” (GEO1). Em uma de suas falas, o professor GEO2 também aborda que uma das maiores dificuldades é “*Dar conta do conteúdo proposto*”, ele relata que é uma grade complexa de conteúdos, mas que raramente consegue abordar todos durante as aulas.

Prosseguindo para a questão 11, ambos responderam com “*não*” e apontaram a importância da formação que deveria ter acontecido. Nesse sentido nos voltamos novamente para as necessidades dos professores, percebemos que são ignorados na maioria dos casos e sua opinião raramente solicitada. Ainda durante a entrevista surgiu a hipótese de essa formação ter acontecido anteriormente, mas que não foi acessível a todos os professores, no entanto, essa informação não foi confirmada por nenhum dos entrevistados.

Na questão 12 uma pequena discordância nas respostas, GEO1 diz que “*Houve uma mudança no sentido aprofundamento dos conteúdos*”, enquanto GEO2 afirma que “*Os estudantes tiveram muita dificuldade, tendo em vista a alta demanda que eles têm enquanto estudantes do NEM e para eles se torna muito cansativo*”.

Durante a observação no Estágio III, foi abordado por um dos alunos que “*A Geografia é moleza, é só decorar*”, o que ainda mostra uma visão de uma disciplina desinteressante e que sua base é apenas o ato de memorizar algo. Assim, além de menosprezar a disciplina também está o professor, uma vez que o papel do docente é de extrema importância na construção do ser cidadão. Para tanto, a escola age como porta de entrada, lugar onde o conhecimento será compartilhado, tendo sua importância acentuada quando pensamos em uma escola bem estruturada para atender as necessidades dos professores e alunos.

Em relação às abordagens metodológicas e recursos didáticos utilizados por eles, recebemos respostas distintas. A professora GEO2 relatou que tenta cada vez mais dinamizar as aulas de maneiras diversas, desde slides interativos, até jogos e desafios para atraí-los e argumentou que isso ajuda tanto o professor quanto o aluno no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, o professor GEO1 relata que não tem êxito nesta área, “*Muitas vezes não adianta fazer uma coisa diferente, a turma é muito dispersa e não se concentram para as atividades mais dinâmicas*”. Em seu breve relato, ele atribui esse fator ao horário da aula, uma vez que a mesma é após a refeição do almoço, além de outros contribuintes externos.

Finalizando a análise dos dados, nos deparamos com a questão 14 que traz com ela a reflexão: Será que a formação de professores é a saída para suprir as necessidades que o NEM apresenta? Obtivemos duas respostas adversas a este questionamento. Para o professor GEO1 é possível sim, *“através da formação continuada para professores que trabalham nessa modalidade de ensino”*, em contrapartida, a professora GEO2 apresenta uma outra visão: *“Quando se está preparado para o que irá enfrentar é muito melhor, mas não se trata apenas disso, é um conjunto de fatores que envolvem melhorias de carga horária, de estrutura e de flexibilização para o professor que está trabalhando”*. A professora GEO2 destaca ainda a importância da reformulação da proposta do NEM.

Os defensores desta proposta por muitas vezes desejam que os professores aceitem e consigam por si mesmos se preparar para atender a demanda. As respostas dadas pelos participantes acima, vem novamente corroborar para problemática desta pesquisa, uma vez que a comunidade docente não foi consultada sobre a implementação de um modelo de ensino, difundido na sociedade como a educação do futuro, mas que durante a investigação foi constatada inúmeras lacunas que necessitam e correção e de atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada estágio, seja de observação ou regência, é uma experiência única e diferenciada, apesar de todos os conceitos recém-construídos sobre como seria atuar em sala de aula ainda nos surpreendemos com a maneira que certas coisas funcionam. Os Estágios Supervisionados III e IV, especificamente, oportunizaram um momento singular de pesquisa-formação em que foi possível, a partir de diagnóstico de uma situação problemática – os desafios trabalho docente em Geografia com a implementação do NEM – refletir sobre esta realidade de maneira mais aprofundada por meio da observação participante.

As reformas ocorridas no âmbito educacional nas últimas décadas, colocam este tema em pauta, uma vez a oferta de educação de qualidade contribui para a formação de uma sociedade crítica e não alienada, capaz de reivindicar seus direitos. Neste contexto, entender como a classe docente está atuando frente à atual situação do ensino médio, em que se é exigido um trabalho padronizado em escala nacional, não considerando as condições de trabalho de cada ambiente de forma particular e, a docência em Geografia, agravada com a não obrigatoriedade desta no currículo do ensino médio, se faz atual e necessário.

Como abordado, o trabalho docente é complexo e repleto de especificidades, o mesmo exige atenção, conhecimento, metodologias e práticas específicas para melhor atender as necessidades do alunado. Além de possuírem uma carga horária extensa, não recebem condições físicas/estruturais, psicológicas, entre outros, eles estão suscetíveis a outros traumas. Assim os aspectos mentais podem vir a comprometer o desenvolvimento do seu ofício de professor e nas suas atividades extraclasse, uma vez que o trabalho nesse modelo de ensino é desenvolvido dentro e fora da sala de aula.

A sobrecarga, o controle e o monitoramento com relação às tarefas desenvolvidas pelos professores, as péssimas condições de trabalho, a precarização, os salários defasados e indignos são elementos que têm conduzido esses docentes a um sentimento de frustração e desvalorização. Tendo em vista os dados apresentados, podemos apontar que isso culminará futuramente para o adoecimento mental dos mesmos.

De certa forma, se o docente estiver comprometido, o seu trabalho será diretamente influenciado, sendo assim, a sociedade precisa reconhecer a importância do trabalho docente e toda sua complexidade, bem como, ter a clareza que é através do ofício do professor que acontece a emancipação humana pois, a educação não é um serviço prestado, mas um direito que deve ser assegurado.

Pudemos constatar por meio dessa pesquisa a necessidade de se refletir sobre o oferecimento de condições apropriadas de trabalho aos docentes por parte do Estado, visto que eles estão à frente dessa realidade e sobretudo frente a todos os desafios inerentes à docência. No entanto a investigação nos faz pensar em quantas escolas se encontram na mesma situação atualmente, e a partir disso enxergar o professor com um olhar humanístico.

O que se observou através da presente pesquisa foi que o professor vem vivendo nesse contexto de intensificação do seu trabalho, tendo em vista o aumento burocrático e da sua carga horária, pois é o que mais angustia os professores. Nesse contexto, o professor vê sua mão de obra se tornando cada vez mais proletarizada e perde sua autonomia.

Ademais, a única maneira viável de tentar modificar a situação em que nos encontramos é a educação pública e de qualidade. A classe docente deve ser reconhecida e valorizada pelo sistema educacional, bem como pela sociedade em geral, assim torna-se necessário que a realidade atual em prol da classe trabalhadora, mas para que isso aconteça é imprescindível o interesse de todos, docentes, gestores e políticos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SEUS IMPACTOS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA**. Canal AGB Seção Recife. Youtube, 16 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Estudo da determinação das necessidades de professores: o caso do novo ensino médio no Brasil – elemento norteador do processo formativo (inicial/continuado). **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 29, n. 1, p. 1-18, 26 sep. 2002.

BNCC do Ensino Médio: Tudo o que você precisa saber. SAE DIGITAL. Disponível em: <https://sae.digital>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; DE FARIAS RODRIGUES, Raphaela Barbosa. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 4261-4274, 2019.

CORDEIRO, Kátia Augusta Augusto Curado Pinheiro et al. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora. **Perspectiva**, v. 36, n. 1, p. 330-350, 2018.

COSTA, Gilvan Luiz Machado; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente no ensino médio no Brasil. 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Artemed. Porto Alegre. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 01 de Out. de 2023, p. 37.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira. Verbos intransitivos para uma política pública: formar, valorizar e profissionalizar. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 7-13, jan./dez. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 98696-7964, 2016.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo Uerj**, n. 30, p. 419-439, 2017.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GUERRA, Fábio Soares. Geografia escolar e o papel do professor no contexto contemporâneo. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Maria Beatriz Figueiredo; MONTEIRO, Maria Carolina Gomes; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES (AS) E ALUNOS (AS) DAS ESCOLAS CIDADÃS DE ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA E A INTERFACE COM A DISCIPLINA ESCOLAR GEOGRAFIA. In: ASSIS, Lenilton Francisco de; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; MORAIS, Nathália Rocha. **Formação de professores de geografia na Paraíba**: avanços e resistências na reforma curricular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 275-300.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 5, p. 1-16, 2008.

MARRACH, Sonia Alem et al. Neoliberalismo e educação. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I o processo de produção do capital. **São Paulo: Boitempo**, 2013.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. O trabalho docente no contexto das reformas. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28ª**, p. 01, 2005.

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal. Leituras de mundo/leituras de espaço: um diálogo entre Paulo Freire e Milton Santos. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001, 101 – 121 p.

PIZZATO, Maria Dilonê. A Geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 96-137, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira – a Organização Escolar**. São Paulo: Moraes. 1984.

RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias. Condições do trabalho docente no contexto das Escolas Cidadãs Integrais da rede estadual de ensino da Paraíba. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2017.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, p. 207-221, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES DA ECIT**Perfil dos participantes.**

Gênero: () Feminino () Masculino () Prefiro não informar () Outro

2. Idade em anos (somente números): _____

3. Qual a sua maior formação:

- () Ensino Médio/Magistério/Curso Técnico
- () Graduação
- () Especialização
- () Mestrado (finalizado ou cursando)
- () Doutorado (finalizado ou cursando)

4. Qual (is) curso(s) de graduação você fez?

5. Há quantos anos leciona?

6. Em qual nível/modalidade de ensino você leciona atualmente?

- () Educação Infantil
- () Ensino Fundamental (séries iniciais)
- () Ensino Fundamental (séries finais)
- () Ensino Médio
- () Ensino Técnico/Profissionalizante
- () Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- () Ensino Superior
- () Não leciono.
- () Outros. _____

7. Vínculo empregatício

Efetivo () Temporário () Outros ()

8. Âmbito de trabalho

Público () Privado ()

9. Como você avalia o ensino de Geografia no contexto do novo ensino médio?
10. Quais as maiores dificuldades para um professor de geografia que leciona nesse novo modelo de ensino?
11. Os professores dessa rede de ensino passaram por alguma formação para lecionar frente às mudanças ocorridas?
12. Como você avalia o processo de ensino e aprendizagem nas suas aulas no contexto das mudanças reformas educacionais sofridas nos últimos anos?
13. Qual (is) didática (s) e ferramentas você utiliza no ensino da Geografia e torna-lo atrativo aos olhos dos estudantes?
14. Você acha que a formação dos professores é fator primordial para suprir as necessidades do Novo Ensino Médio? Comente.